

## PROJOVEM: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Daiane Rota de Oliveira Vilarinho<sup>1</sup>; Adalberto Araújo Trindade<sup>2</sup>; Vanessa Domingues Ilha<sup>3</sup>

1 Acadêmica de Psicologia. IMED. [daiane.rota@gmail.com](mailto:daiane.rota@gmail.com)

2 Acadêmico de Psicologia. IMED. [adearaujotrindade@gmail.com](mailto:adearaujotrindade@gmail.com)

3 Orientadora. Mestre em Psicologia. IMED. [vanessa.ilha@imed.edu.br](mailto:vanessa.ilha@imed.edu.br)

### 1 INTRODUÇÃO

A psicologia no Brasil passa por uma fase peculiar, tendo em vista o surgimento de novas possibilidades de atuação no campo das políticas públicas de Assistência Social. O Sistema Único de Assistência Social – SUAS estabelece a atuação do psicólogo em equipe multidisciplinar, tornando-se um desafio sua prática nas equipes de referência responsáveis pelo atendimento às famílias nos seus diversos serviços ofertados por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social (Costa & Cardoso, 2010).

O Conselho Federal de Psicologia (2007), estabeleceu parâmetros para a prática psicológica no campo da psicologia social. Nos serviços ofertados pelo SUAS, o psicólogo deve atuar de forma multidisciplinar, podendo atender a crianças, adolescentes, adultos e adultos idosos, de forma individual e/ou coletiva, devendo priorizar atendimentos coletivos. Suas ações devem ser integradas com os demais profissionais do seu respectivo serviço, bem como buscar articulação com demais serviços e profissionais da rede socioassistencial (i.e., serviços de saúde, de educação, entre outros) (CFP, 2007).

Cabe ao psicólogo desempenhar ações de atuação junto às comunidades, compreendendo a realidade dos indivíduos que ali estão inseridos e, principalmente, contribuindo para que esses indivíduos busquem melhorias em qualidade de vida. Também, deve pautar-se na implementação e manutenção de políticas públicas, considerando as especificidades e às necessidades específicas de cada contexto, objetivando uma melhoria significativa e duradoura das famílias que ali estão inseridas (Ximenes, Paula, & Barros, 2009).

Como ressalta Silva e Corgozinho (2011), as responsabilidades e ações deverão ser desenvolvidas em conjunto, entre a comunidade e o psicólogo. Por meio da participação de grupos comunitários, pode-se proporcionar momentos de respeito mútuo, no qual as pessoas possam criar vínculos saudáveis, reconhecendo suas potencialidades de atuação e assim exercer sua cidadania. Tais preceitos devem ser abordados durante o processo, para que o grupo, com o tempo, comece a assumir integralmente as ações realizadas, buscando sua progressiva independência. Busca-se, portanto, desenvolver sujeitos autônomos e comprometidos com sua realidade, pois ao criar possibilidades, estes poderão sair da situação de vulnerabilidade social em que se encontram (Ximenes, Paula, & Barros, 2009).

Uma política pública que contribui para atender as necessidades da população a longo prazo é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) ofertado pelos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS). De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2009), o CRAS tem por objetivo realizar uma intervenção social, planejada com a finalidade de estimular e orientar os usuários, na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares. O SCFV é voltado para públicos específicos, tais como crianças, adolescentes e adultos, pessoas com deficiência, pessoas que tiveram seus direitos violados, idosos sem amparo da família e da comunidade ou sem acesso a serviços sociais, além de outras pessoas inseridas no Cadastro Único. O SCFV visa o fortalecimento de famílias em situação de vulnerabilidade, protegendo e defendendo a garantia de direitos individuais e coletivos, exclusivamente através dos

grupos, que no caso deste presente relato é voltado para o suporte de adolescentes (Brasil, 2009).

Adolescentes buscam em suas redes sociais suporte para enfrentamento das inúmeras transições que ocorrem nessa etapa da vida (Tomé, Camacho, Matos, & Simões, 2015). Através do SCFV para Jovens ações de caráter preventivo podem ser abordadas, possibilitando uma inserção desses jovens na sociedade, através da cultura, arte, esporte, lazer e um universo de informações, a fim de buscar o desenvolvimento de habilidades e potencialidades desse público (Brasil, 2017). Sendo assim, o presente relato tem como principais objetivos expor aspectos observados por uma estagiária de psicologia no âmbito da assistência social e, como é relevante a participação de adolescentes em situação de vulnerabilidade em programas sociais.

## **2 METODOLOGIA**

Levando-se em consideração as demandas locais e focais que foram percebidas durante o processo de estágio, e através da realização de acompanhamentos individuais, familiares, grupais, visitas domiciliares e mediação de grupo do SCFV para adolescentes, foram realizadas as atividades descritas a seguir, de acordo com as diretrizes e orientações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. As atividades desenvolvidas ao longo do segundo semestre de 2017, envolveram palestras, rodas de conversa e debate, com a abordagem de assuntos pertinentes à adolescência, tais como: sexualidade, relacionamentos, abuso de substâncias psicoativas, amizades, cidadania, dentre outros. Também foram realizados a elaboração de currículos (que foram encaminhados para projetos de jovens aprendizes da cidade), visitas técnicas às empresas locais, visita ao Instituto Federal e passeios recreativos e culturais.

Buscando diversificar as atividades do grupo, uma parceria foi estabelecida com um professor de Capoeira, para este realizar aulas de capoeira com os adolescentes, após as atividades ministradas pela estagiária, sendo a capoeira uma atividade não somente esportiva, mas política. “Pensamos ser importante destacar também a relação cíclica entre cultura e fortalecimento do grupo: quanto mais forte o grupo, mais ferramentas ele dispõe para demarcar seus elementos culturais. Ao mesmo tempo, a cultura exerce um papel importante para unidade do grupo, fator que favorece o fortalecimento político do mesmo” (Gonçalves & Pereira, 2015). Também foi realizada parceria com uma escola de idiomas local, ao qual ministrou aulas de inglês para os adolescentes gratuitamente, assim como aulas de violão com uma professora de música.

## **3 DESENVOLVIMENTO**

Durante o trabalho realizado no local de estágio, foi possível observar algumas questões pertinentes ao papel dos pais na educação dos filhos. Muitos pais têm delegado para terceiros a criação e necessidades dos filhos, locais como escola, conselho tutelar e nesse caso, o CRAS. Esse fenômeno trouxe consequências para o desenvolvimento desses adolescentes, tais como evasão escolar, problemas de saúde e dificuldades de aprendizagem. Um estudo português revela que, uma relação positiva e de cooperação entre pais e filhos é determinante no envolvimento escolar (Silva, Veiga, Pinto, & Ribas, 2017). Com vistas a solucionar esse problema, muitos encaminhamentos foram realizados a serviços da rede socioassistencial, sendo levantadas diversas necessidades em áreas como saúde mental, educação inclusiva e benefícios socioassistenciais (i.e., auxílios eventuais), além de orientações à pais.

Também se fez necessário uma intervenção com as famílias pela notória dificuldade em assumir os papéis parentais, principalmente as que são beneficiárias do bolsa-família, um exemplo disso, é que os mesmos usuários são frequentemente encontrados no Conselho

Tutelar, reivindicando dos profissionais, iniciativas que são de responsabilidade parental. Essa dificuldade também foi enfrentada pela estagiária que, em diversos momentos observou a negligência dos pais, pela falta de preocupação com a frequência escolar dos filhos ou nas oficinas ofertadas pelo CRAS, assim como a ausência das famílias nas atividades ofertadas pelo serviço.

Se constatou através dos relatos dos adolescentes ao longo do ano, que muitos originam-se de famílias de baixa escolaridade e altos índices de violência e criminalidade, gerando um obstáculo para os objetivos do grupo, pois a convivência com os pais também demonstrou empiricamente influenciar o comportamento criminoso das crianças (Bobbio, Lorenzino, & Arbach, 2015). Apesar dessas dificuldades, o grupo mostrou-se muito resiliente e motivado a realizar mudanças em sua realidade, vale ressaltar que, também não houve problemas a respeito do caráter dos adolescentes, tais como desrespeito com o corpo técnico do CRAS ou comportamentos delinquentes (e.g., vandalismo, furtos, violência física, entre outros).

Através das atividades surgiram muitas dificuldades na dimensão psicossocial, principalmente relacionadas à confiança no outro e à capacidade de manejo das diferenças e conflitos. Pode-se discutir sobre novas possibilidades de enfrentamento dessas situações e sobre como os adolescentes ganharam condições de modificar a visão pessimista em relação ao seu desempenho, pois melhoraram sua condição de reciprocidade, de relacionamento e de autorreflexão (Schneider, Oltramari, Budde, Silveira, & Silveira, 2016). Algumas evidências qualitativas das intervenções puderam ser observadas na melhora do rendimento e frequência escolar dos adolescentes.

A partir da análise do processo de aprendizagem, conclui-se que o estágio realizado teve contribuição significativa para a construção profissional da estagiária. Em nível interpessoal, destaca-se a vinculação da estagiária com o grupo de adolescentes e demais profissionais das equipes técnica e de apoio do CRAS. Também no que tange ao desenvolvimento de habilidades sociais, pois aprendeu-se de forma efetiva o manejo de grupos, assim como lidar com situações práticas que até então, somente se tinha conhecimento através da teoria.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através da interação com o grupo Projovem foi possível observar que muitas das dificuldades apresentadas pelos adolescentes, estão ligadas a falta de suporte familiar. Isso pode explicar a facilidade de vinculação que os adolescentes tiveram com o grupo e seus membros, assim como com a estagiária, adolescentes em situação de vulnerabilidade necessitam de atenção e um espaço de fala que não os é ofertado em casa. Oficinas de parentalidade ou encontros periódicos para tratar destes assuntos se faz necessário, uma intervenção junto das famílias dessas crianças e adolescentes é frisada constantemente: o atendimento psicológico tem como uma de suas finalidades “orientar as famílias quanto aos acompanhamentos das crianças e adolescentes” (Benelli, 2016).

O campo da psicologia social, é sem dúvidas, de múltiplas aprendizagens para os estagiários, pois diversas vezes a estagiária encontrou-se com dificuldades e questões que não foram abordadas em sala de aula, no entanto obteve suporte da equipe técnica para solucionar. Eventualmente, as ações não tiveram embasamento teórico nem tampouco uma técnica seguida, logo se concluiu, que trabalhar com seres humanos é assim, muitas vezes o que o indivíduo necessita não é de uma justificativa para seus problemas sociais e econômicos, e sim, profissionais dispostos a aprender e construir algo junto deles, principalmente quando o público são adolescentes.

Trabalhar com a juventude é construir um pouco de esperança para um futuro melhor, é também buscar a autonomia e protagonismo social desde o início da constituição desse

sujeito. Apenas investindo-se na infância e na adolescência é que se poderá construir famílias mais estáveis e independentes, que gradativamente não mais necessitarão dos serviços ofertados pelo CRAS.

Os resultados aqui descritos podem facilitar a elaboração e o desenvolvimento de intervenções futuras. A replicação da intervenção apresentada, bem como, sua avaliação, possibilitaria o desenvolvimento de evidências da sua efetividade, assim como, compreensão dos processos de impacto social. Por fim, a parceria entre instituição e estagiário se configura como um processo de aprendizagem para ambos.

### **Agradecimentos**

Um muito obrigado a Prefeitura Municipal de Ibirubá, que possibilitou a vivência de estágio do presente relato, assim como o aprendizado relatado.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- Benelli, S.J. (2016). *O atendimento socioassistencial para crianças e adolescentes: Perspectivas contemporâneas*. (1a. ed). São Paulo: Editora Unesp Digital.  
Recuperado de <http://books.scielo.org/id/yzs9w/pdf/benelli-9788568334751.pdf>
- Bobbio, A., Lorenzino, L., & Arbach, K. (2015). Familia, barrio y sociedad: un estudio comparativo en jóvenes con y sin antecedentes delictivos de Argentina. *Revista Criminalidad*, 58(1), 81-95. Recuperado de [http://www.ub.edu/geav/wpcontent/uploads/2017/06/2016\\_BobbioLorenzinoArbach\\_RevistaCriminalidad.pdf](http://www.ub.edu/geav/wpcontent/uploads/2017/06/2016_BobbioLorenzinoArbach_RevistaCriminalidad.pdf)
- Brasil, Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. (2017). *Perguntas frequentes: Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV)*. Brasília, DF. Recuperado de [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/perguntas\\_e\\_respostas/Per\\_guntasFrequentesSCFV\\_032017.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/perguntas_e_respostas/Per_guntasFrequentesSCFV_032017.pdf)
- Brasil, Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. (2009). *Tipificação nacional de serviços socioassistenciais – Documento base – Fichas de serviços*. Brasília, DF. Recuperado de [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf)
- Brasil, Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. (2009). *Orientações técnicas centro de referência de assistência social – CRAS*. Brasília, DF. Recuperado de [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes\\_Cras.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf)
- Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Federal de Psicologia. (2007). *Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na política de assistência social*. Brasília, DF. Recuperado de: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CartilhaFinalCFESSCFPset2007.pdf>
- Costa, A.F.S., Cardoso, C.L. (2010). Inserção do psicólogo em centros de referência de assistência social – CRAS. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 3(2), 223-229. Recuperado de: [www.fafich.ufmg.br/gerais/index.php/gerais/article/download/115/122](http://www.fafich.ufmg.br/gerais/index.php/gerais/article/download/115/122)
- Gonçalves, M.A.R., Pereira, V.O. (2015). Educação e patrimônio: Notas sobre o diálogo entre a escola e a capoeira. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 62(1), 74-90.doi:10.11606

- Schneider, D.R., Oltramari, L., Budde, C., Silveira, A.L., & Silveira, S. (2016). A clínica na comunidade: Uma experiência de intervenção intersetorial para adolescentes em situação de vulnerabilidade psicossocial. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, 8(18), 68-80. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703003272016>
- Silva, J.V.S., & Corgozinho, J.P. (2011). Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e psicologia social comunitária: Possíveis articulações. *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 12-21. doi:10.1590/S0102-71822011000400003
- Silva, C.R., Veiga, F., Pinto, E.S., & Ribas, A. (2017). Envolvimento dos alunos na escola e suas percepções acerca do apoio parental. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación*, 5, 28-32. Recuperado de [https://issuu.com/revista.interface/docs/suplemento\\_1\\_2017](https://issuu.com/revista.interface/docs/suplemento_1_2017)
- Tomé, G., Camacho, I., Matos, M.G., & Simões, C. (2015). Influência da família e amigos no bem-estar e comportamentos de risco – modelo explicativo. *Psicologia, Saúde e Doenças*, 16(1), 23-34. doi:10.15309/15psd160104
- Ximenes, V.M., Paula, L.R.C., & Barros, J.P.P. (2009). Psicologia comunitária e política de assistência social: Diálogos sobre atuações em comunidades. *Psicologia Ciência e Profissão*, 29(4), 686-699. doi:10.1590/S1414-98932009000400004